



CÂMARA MUNICIPAL MACAPARANA
CASA Dr. BENJAMIN MARIZ
CGC. 11.287.893/0001-14

Ata da Vigésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Macaparana, segundo período do ano de 2020. Aos dias 05 de outubro de 2020 em Macaparana, Estado de Pernambuco no Salão da Casa Dr. Benjamin Mariz localizada na Av. João Francisco Nº 110 onde se encontra instalada a Câmara de Vereadores deste Município. Ali às dez horas encontra-se presente o Exmo. Sr. Josias Alexandre Alves da Silva, Presidente da supramencionada Câmara de Vereadores, presentes também se encontram os Exmos. Srs. Vereadores Jones Fernando de Lima Moura e Carlos Vangel Tavares Pessoa, 1º e 2º Secretários da Mesa da Câmara respectivamente. Bem como os demais pares: José Aguielo de Arruda Filho, José Paulo Medeiros da Silva, Maria do Socorro Nascimento Silva, Ricardo Alexandre Xavier Coutinho da Silva, Antonieta Cristina Cavalcanti de Moraes Sarinho, Jailton Marcelo de Sousa e José Antônio da Silva. Notando a maioria dos vereadores estava presentes no recinto da sessão o Exmo. Sr. Presidente Josias Alexandre Alves da Silva deu início aos trabalhos solicitando a leitura de um trecho bíblico, e a leitura da Ata anterior a qual foi colocada em discussão e depois em votação e assim aprovada por unanimidade. Em seguida determina ao Primeiro Secretário que faça a leitura das Proposições: Apresentado o Projeto de Lei nº 23/2020 de autoria do Executivo Municipal, que estima a receita e fixa a despesa da Prefeitura Municipal de Macaparana para o exercício financeiro de 2021. Apresentado o Projeto de Lei nº 24/2020 de autoria do Executivo Municipal, que altera o Plano Plurianual 2018/2021 do município de Macaparana e dá outras providências. Projeto de Lei nº 12/2020 de autoria do vereador Jones Fernando de Lima Moura, que autoriza a construção de um Posto de Atendimento Veterinário e dá outras providências. Colocado em discussão o vereador Jones Fernando fala da importância deste Projeto de Lei tendo em vista a grande quantidade de famílias que tem animais de estimação em suas casas, mas que muitas não possuem condições financeiras para custear possíveis tratamentos veterinários. Outro fato importante que consta no referido projeto é a indicação de um local já existente para a construção do mesmo. Em seguida o Projeto de Lei nº 12/2020 foi enviado para as comissões. Requerimento nº 42/2020 de autoria do vereador Jones Fernando de Lima Moura, solicitando ao Exmo. Senhor Prefeito Constitucional Doutor Mavíael Cavalcanti, e Secretaria de Educação, solicitando que o mesmo encaminhe para pleno conhecimento desta Casa Legislativa, a informação as razões pelas quais as famílias de alunos matriculados nas escolas da rede municipal de ensino deixaram de receber os kits de alimentação escolar mensalmente. Já são 06 (seis) meses sem as aulas presenciais mesmo mensalmente os recursos da merenda escolar sendo normalmente creditados na conta da Prefeitura, estes kits só foram distribuídos apenas três vezes conforme cópias dos informativos anexos. Vereador Jones Fernando diz que o Governo Federal mensalmente tem enviado para o município recursos para a merenda escolar normalmente, mas já se passaram seis meses sem aulas presenciais e foram distribuídos apenas por três vezes. Onde se encontra este recurso? Onde está a sensibilidade da Prefeitura Municipal com as famílias? Lembrando que mesmo os quites que foram entregues são insatisfatórios para as famílias. É inaceitável que esta gestão administre os recursos públicos da maneira que quer. Na ocasião o vereador Jones Fernando solicita verbalmente de colocar na pauta a presente sessão as Emendas Modificativas nº 08 e 10/2020. Após o pedido do vereador Jones Fernando ser acatado pelo Presidente, foram colocadas em votação as Emendas Modificativas nº 08 e 10/2020 as quais foram aprovadas por unanimidade. Sem mais nada em pauta o Presidente Josias Alexandre faculta a palavra aos vereadores no tema livre da presente sessão. Vereador Ricardo Alexandre fala sobre os projetos de autoria do Executivo Municipal que se encontra tramitando nesta Casa, onde a atual gestão entrou com uma ação judicial alegando que os mesmos estavam engavetados,

